

VAI ANDANDO QUE ESTOU CHEGANDO



Carlos Luís Figueira

O rescaldo das eleições promete como já aqui o tinha referido, uma legislatura marcada pelo ruído da direita e sobretudo da extrema-direita. O primeiro passo está dado por André Ventura ao propor para a Vice Presidência da AR o seu ideólogo Pacheco de Amorim iniciativa que sofreu pesada derrota ao ser recusada tal pretensão.

Trata-se num gesto provocatório a que seguirão outros ao longo dos próximos quatro anos. Provocatório porque tal figura foi fundador do MLPT, no pós 25 de Abril, movimento comandado por Spínola que viria mais tarde a exilar-se no Brasil para fugir à justiça. A este movimento, contra Abril e as suas conquistas, de entre as quais a liberdade, negada pelo regime derrotado, estão associados a morte de anti-fascistas, bem como uma larga operação que conduziu à destruição de dezenas de Centros de Trabalho do PCP a partir do centro norte do País. Para citar alguns dos actos recorde Braga, Aveiro, Águeda, Viseu, de entre muitos outros, realizados ou tentados, como foram os casos de Coimbra e Mangualde que acompanhei de perto, tal como estive na defesa do Centro de Trabalho de Viseu que viria a ser completamente destruído no seu interior por um bando de criminosos, reconstruído depois pelo trabalho voluntário de muitos militantes e reaberto antes das primeiras eleições legislativas. A apresentação a candidato a um lugar de vice-presidente da AR, órgão pilar do regime democrático, por tal sujeito, participante em movimentos contra o regime inscrito na nossa Constituição, só pode ser entendido e por tal condenado como uma manifesta provocação.

Comentaristas diversos, apressados a defender a legitimidade de tal propósito com base nos votos obtidos pelo Chega, todos eles escamoteando o facto de tal cargo político, na sua apreciação, necessita do voto da maioria dos deputados, não sendo sequer obrigatória a sua existência para o normal funcionamento da AR, é em si mesmo um acto de hipocrisia para não afirmar de pura cobardia. Bem pode este Partido neo-fascista continuar a apresentar candidaturas que as consequências serão as mesmas, como espero, por parte do conjunto da maioria dos deputados.

Na mesma linha, saúdo o posicionamento do Primeiro Ministro indigitado, quando na audição aos diversos Partidos e Associações, ter excluído o Partido de André Ventura, marcando uma linha crítica intransponível, face a uma formação política que nos seus objectivos pretende procedera a alterações na Constituição que nos conduziria à instauração de um regime atentatório de direitos sociais e liberdades. Contra muitos que defendem que tais actitudes conduzirão a aumentar a influência deste Partido, entendo que o combate tem de ser político tendo como base a rejeição e condenação de comportamentos atentatórios do Estado de Direito que a Constituição consagra. Mais, é minha convicção, que só a marcação de linhas claras, quanto ao que nos divide dessa formação neo-fascista, tornará mais esclarecedora para os eleitores que nele votaram. A natureza ideológica e o comportamento cívico que a cada sessão da futura AR nos proporcionará, tornará clara, o passado e presente de quem foi eleito por esta estrutura.

Bem sei que cerca de meio século que nos separa do anterior regime é historicamente curto no tempo, num País agora liberto, para alterar comportamento de anteriores defensores da ditadura, muitos deles escondidos no armário ao longo de anos, para agora, aproveitando-se das liberdades conquistadas se acomodarem na corrente política do Chega. Todavia, estou confiante que não haverá de uma forma ou de outra um regresso ao passado.

Ainda na ressaca das eleições de 30 de Abril, o que ocorreu com a recusa de mais de 150.000 votos de portugueses emigrados, faz parte de uma história triste com responsabilidades repartidas. A ter presente o relato de alguns dos participantes terá havido um acordo entre representantes do PS e PSD, de forma a evitar a rigidez da Lei, permitindo contabilizar votos não acompanhados de fotocópia do BI, já que no respectivo envelope vinha expresso, em código próprio, a identificação do votante. Pelos vistos tal acordo veio a ser negado posteriormente pelo PSD, numa verdadeira cambalhota que a ser assim, em nada prestigia quem a praticou.

carlosluisfigueira@sapo.pt

14.02.2022

INVESTIMENTO DE 45 MILHÕES VAI SUPRIR MAIS DE 10% DAS NECESSIDADES Vilamoura é a hipótese mais provável para central dessalinizadora

> JOÃO PRUDÊNCIO

A futura central de dessalinização de água do mar na região, a construir no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), deverá ficar localizada entre Portimão e Tavira, mas a localização mais plausível parece ser junto à estação elevatória reversível de Vilamoura.

Aquela estação interliga os dois sistemas de abastecimento de água para consumo público em alta, do barlavento e sotavento, que permite transferir água de um “lado” para o outro do Algarve de acordo com as necessidades conjunturais baseados nos níveis das albufeiras de cada um desses “lados”.

A estrutura a construir no âmbito da “bazuca” europeia implica um investimento de 45 milhões de euros e deverá distribuir um volume de 8 milhões de metros cúbicos de água para consumo humano, mais de 10% do consumo anual na região. No futuro, estudar-se-à a hipótese de

aquelas estruturas serem ampliadas de forma a ficarem preparadas para o dobro e, nalguns casos, para o triplo daquele volume.

Fonte ligada ao processo precisou ao JA que a central dessalinizadora, que terá que estar construída até 2025, deverá ficar obrigatoriamente o mais próximo possível de um ponto de entrega da água. “Há três pontos estratégicos: uma era entregar a água numa das estações de tratamento (a de Alcantarilha, concelho de Silves, ou a de Santo Estevão, concelho de Tavira). Neste último caso, juntava o volume dessalinizado com o da barragem de Odeleite/Beliche, no nordeste da região”, enunciou a fonte.

Colocar a central dessalinizadora junto à ETA de Alcantarilha, (próximo de Armação de Pêra e Lagoa dos Salgados) tem a desvantagem de ficar descentralizada face à

longitude da região.

Já a localização junto a Santo Estevão, segundo a nossa fonte, tem que contar com o obstáculo de ter que se construir um adutor que atravesse a Ria Formosa e que ligue a central ao mar.

Ressalva a nossa fonte que ainda não houve discussão efetiva e portanto tudo é ainda possível, estando em curso os estudos preparatórios para a escolha da localização, a cargo da equipa da empresa COBA - Consultores de Enge-

nharia e Ambiente. A dona da obra é a empresa Águas do Algarve.

Tudo indica que a execução dos trabalhos no terreno deverão entrar em velocidade de cruzeiro entre 2024 e 2025, após um processo necessariamente moroso, com muitos meses dedicados a estudos prévios, Avaliação de Impacto Ambiental, consulta pública, decisão final e concurso público internacional, com as eventuais reclamações de empreiteiros preteridos.



Loulé aprova criação de Reserva Natural entre Quarteira e Vale do Lobo

A classificação da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal foi aprovada esta semana pelo município de Loulé, reconhecimento que terá agora de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal sendo este um processo lançado em maio de 2021.

Segundo a autarquia, a classificação desta zona húmida entre Quarteira e Vale do Lobo espelha a preocupação municipal com a “defesa ambiental do seu território e ao combate às alterações

climáticas”.

A área classificada, que abrange 135 hectares, é atravessada por duas ribeiras, a ribeira da Fonte Santa ou do Almargem e a ribeira da Carcava, albergando flora autóctone e servindo como habitat natural de várias espécies animais.

Esta classificação, agora aprovada, é necessária, segundo a Câmara para “definir diversas medidas e ações de adaptação e mitigação climática, nomeadamente, a proteção da biodiversidade” existente nesta zona do litoral

da freguesia de Quarteira, e “irá privilegiar a proteção e valorização dos recursos e dos sistemas naturais, salvaguardando a biodiversidade do local bem como a preservação dos valores paisagísticos, culturais e sociais”, justificou o município.

Depois de uma eventual aprovação pela Assembleia Municipal, em data ainda a determinar, será aberto um período de discussão pública, visando a recolha de sugestões sobre a classificação da área protegida, indicou a autarquia.

Em simultâneo, arranca o procedimento com vista à elaboração de um regulamento de gestão da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal.

O município realçou a importância da zona húmida ao nível da biodiversidade, onde estão presentes, pelo menos, 214 espécies

de flora autóctone, nove habitats naturais, 235 espécies de fauna, 137 espécies de avifauna, das quais 26 estão ameaçadas, e 94 espécies diferentes de insetos.

A Reserva Local tem como objetivos o aprofundamento do conhecimento para promover a conservação e/ou recuperação dos ecossistemas. Por outro lado, visa a promoção dos valores naturais e culturais, assim como a realização de práticas educativas e científicas que conduzam a uma maior literacia ambiental e cultura científica.

A monitorização de espécies e habitats e dos processos hidrológicos, biofísicos, climáticos, geológicos, ecológicos e socioeconómicos” é outro dos objetivos da classificação, sustenta o município.

Por fim, este projeto pretende promover o ordenamento do território e o seu usufruto sustentável ao nível turístico, desportivo e de lazer, assim como fomentar “o desenvolvimento económico, social e cultural da região, de forma equilibrada e sustentada”.

